

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	5
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	17
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Política de gerenciamento de riscos.

Esta política visa estabelecer a estrutura de gerenciamento de riscos de modo a definir papéis e responsabilidades, apetite de risco e processo para gerenciamento integrado e contínuo das ameaças e oportunidades que podem afetar o negócio.

O gerenciamento de riscos corporativos da companhia é orientado a fim de aumentar as chances da organização de atingimento dos seus objetivos, evitando riscos a sua estratégia e consequentemente protegendo e aumentando o valor do negócio.

#### **A estrutura organizacional para gerenciamento de riscos envolve:**

- **Diretoria:** Responsável por supervisionar o processo de gerenciamento de riscos e ambiente de controle interno, alinhando junto ao Conselho de Administração, as estratégias para adequado controle dos riscos na organização.
- **Administração:** Executar as atividades de controle dos riscos para os quais a companhia busca proteção, visando assegurar a existência de uma cultura adequada ao gerenciamento de riscos e controles internos e a aplicação de sistemas apropriados em suas áreas de atuação.
- **Auditoria Interna/Gerenciamento de Riscos:** Avaliação do ambiente de controles internos e gerenciamento de riscos, no intuito de identificar a efetividade das atividades desenvolvidas pela Administração, comunicar suas observações e sugestões de melhoria contínua para o processo para Diretoria e Administração.
- **Colaboradores:** Cada empregado deve entender, aceitar e implementar os processos de gerenciamento de riscos relevantes a sua área de atuação.

#### **a) Riscos de cumprimento/legais:**

Não cumprimento de regulamentações de saúde, segurança e meio ambiente em seus processos produtivos.

Para minimização deste risco, a organização avalia de forma proativa e constantemente os riscos trabalhistas aos quais está exposta, por meio de um Comitê multidisciplinar formado por especialistas das áreas trabalhista, produtiva, jurídica, segurança, saúde e meio ambiente, e representantes da Diretoria. O objetivo deste Comitê é discutir e priorizar as ações necessárias para mitigação e controle.

A Companhia possui uma área de Saúde e Segurança que estabelece processos sistemáticos de avaliação periódica do seu processo de produção, bem como realiza auditorias periodicamente em fornecedores e prestadores de serviço de maior criticidade.

Quanto à regulamentação fiscal, a Companhia conta com acessória de escritório especializado com objetivo de monitorar e discutir os impactos de alterações de legislação, as quais alimentam o sistema de gestão da companhia para que haja cumprimento em sua totalidade.

#### **b) Riscos Operacionais**

Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

infraestrutura da Companhia. Buscando o controle destes riscos, a empresa possui um sistema de qualidade que busca assegurar a produção dentro das especificações solicitadas pelos clientes, por meio de avaliações permanentes de seus processos industriais.

**c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração entende que a estrutura operacional de gerenciamento de riscos e controles internos é robusta e estimula um processo de melhoria contínua de seus processos para adequado endereçamento dos riscos para os quais busca proteção.

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada, apresenta alto grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros. Ainda assim, o esforço de melhoria contínua, presente em todas as nossas atividades, também se aplica na busca do aprimoramento dos processos e controles, que são constantemente aprimorados. Adicionalmente, a adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de relatório específico pelos Auditores Independentes para o Conselho de Administração.

O relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes não apresenta deficiências significativas quanto aos controles internos da Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado**

**a)** Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Diretoria que atua ativamente na gestão operacional, identificando e analisando os riscos aos quais a Companhia está sendo exposta, definindo limites de riscos e controles apropriados.

**b) Riscos para os quais se busca proteção**

- Risco de liquidez.
- Risco de crédito.
- Concessão de crédito aos clientes.
- Risco de flutuação nas taxas de juros e taxas de câmbio.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

**c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada, apresenta alto grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros. Ainda assim, o esforço de melhoria continua, presente em todas as nossas atividades, também se aplica na busca do aprimoramento dos processos e controles, que são constantemente aprimorados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos, tendo como objetivo o tratamento dos riscos identificados que ameaçam a realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros.

b) as estruturas organizacionais envolvidas;

Todos os Processos Organizacionais possuem responsabilidades, perante a Companhia, sobre seus controles internos. São os responsáveis pela operação dos controles, monitoramento, por promover melhorias e disseminar a cultura de controle. Além disso, replicam os resultados obtidos através da sua estrutura de reporte e comitês multifuncionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Os Processos Organizacionais são o primeiro nível de supervisão sobre os controles internos da Companhia. Assim, é de responsabilidade dos Gestores e Diretores dos processos garantir os objetivos de controle estabelecidos e realizar a prestação de contas.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidades ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Acreditamos na eficiência dos procedimentos e controles internos que adotamos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das nossas demonstrações financeiras. O grau de automatização e integração dos sistemas utilizados pela Companhia, garante a segurança dos processos, suportando a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis.

Durante o ano de 2018 não houve mudanças significativas no ambiente de controles internos da Companhia que apresentasse probabilidade de afetar seus relatórios financeiros.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido" (NR).

### A companhia possui um programa de compliance que define:

- Código de ética com diretrizes e normas que orientam, por exemplo, sua forma de atuar e de fazer negócios, que foca entre outros temas, nas práticas anticorrupção e na defesa da livre concorrência

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

no mercado, bem como estabelece sanções para o não cumprimento das regras estabelecidas. Este código de ética foi aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível no website da companhia (<http://www.baumer.com.br/baumer/site/institucional>)

- Canal de denúncias independente pelos quais os colaboradores e parceiros de negócio entre outros, podem submeter denúncias anônimas relativas a eventuais violações ao código de ética, diretrizes externas ou internas, entre outras. Estas denúncias são apuradas pela estrutura de Compliance com objetivo de oferecer a independência necessária para o processo de investigação.
- Programa de treinamento periódico para aos conselheiros, executivos e gerentes da companhia. Como complemento, todos os colaboradores recebem orientações regulares sobre as diretrizes e normas detalhadas no código de ética da companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

**5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

No último exercício social, não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de a que a Companhia e suas controladas estão expostas ou em sua política de gerenciamento de riscos.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1 – Os diretores devem comentar sobre :**

10.1.a) A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para executar seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2018 a Companhia obteve um lucro operacional de R\$ 5.766 (cinco milhões e setecentos e sessenta e seis mil), representando 5,18% do faturamento bruto e o resultado da equivalência patrimonial negativa foi de R\$ 100 mil, totalizando R\$ 5.666 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil) de lucro total. Foram feitos investimentos da ordem de R\$ 2.241 milhões, destinados nas aquisições de máquinas e equipamentos industriais. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R\$ 4,6 milhões, perfazendo 4,75% da nossa receita líquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos.

10.1.b) Não existe nenhum estudo relacionado a resgate das ações.

10.1.c) A liquidez da Companhia e de suas controladas é suficiente para assumir todos os seus compromissos financeiros de curto prazo. A companhia encerrou o exercício com índice de liquidez corrente de 1,92 em 2018, 1,96 em 31/12/2017 e 2,24 em 31/12/2016.

10.1.d) A política da Companhia tem sido a de financiar suas operações a custos competitivos, seja através de linhas de financiamentos junto ao BNDES, Finame e Finem, ou junto a bancos comerciais com linha de crédito de curto prazo para gestão de capital de giro.

10.1.e) A Companhia está apta a captar recursos junto a instituições financeiras de médio e grande porte, aplicáveis ao financiamento das necessidades de capital de giro e manutenção de disponibilidades de caixa, em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados principalmente por meio de recursos disponibilizados no âmbito do projeto de investimentos já aprovado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**10.1.f) Quadro dos níveis de endividamento**

Demonstrativo de níveis de endividamento - R\$ mil	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
(1) Caixa e equivalentes de caixa	22.662	17.228	7.632
(2) Financiamentos ( Parcelas do circulante )	-11.233	-12.114	-12.821
(3) Financiamentos ( Parcelas do não circulante )	-20.826	-16.891	-16.655
(4) Dívida líquida ( valor de caixa e equivalentes de caixa deduzido dos financiamentos )	-9.397	-11.777	-21.844
(5) Patrimônio líquido	90.049	91.512	96.003
Nível de endividamento financeiro ( Dívida líquida / patrimônio líquido )	10,44%	12,87%	22,75%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

10.1.f.i) Os financiamentos foram obtidos para aquisição de máquinas e equipamentos e estão garantidos por avais da Diretoria.

No ano de 2018 a Baumer efetuou o pagamento de R\$ 8,7 milhões para liquidação de empréstimos junto as instituições bancárias. Para o empréstimo relacionado a pesquisa, desenvolvimento e inovação os juros são de 4,5% ao ano e para o empréstimo relacionado a produção os juros correspondem a TJLP + 3% ao ano.

10.1.f.ii) A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para financiamentos de suas operações e não mantém quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras passíveis de gerar efeitos relevantes.

10.1.f.iii) Não existe grau de subordinação entre as dívidas grafadas no balanço da Companhia.

10.1.f.iv) Não aplicável, pois não existe nenhuma restrição imposta ao emissor.

10.1.g) Não aplicável, pois não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

10.1.h) Nossas informações financeiras para os exercícios encerrados em 2018, 2017 e 2016 foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com a nossa administração, as demonstrações financeiras anuais consolidadas refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis.

Análise das principais contas patrimoniais para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 (em milhares de reais).

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>BAUMER S.A.</b> Mogi Mirim-SP BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO Consolidado			
ATIVO	2.018	2.017	2.016
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidade	2.960	4.199	5.057
Aplicações Financeiras	6.331	11.856	12.337
Contas a Receber de Clientes, líquido	40.682	32.366	29.784
Estoques	53.922	44.587	39.353
Impostos a recuperar	7.605	5.886	4.861
Outras Contas a Receber	2.929	4.202	2.069
Dividendos a receber	8	520	677
Despesas Antecipadas	846	986	912
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>115.283</b>	<b>104.602</b>	<b>95.050</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a Longo Prazo	43.919	45.167	44.070
Empresas Relacionadas	13.061	12.662	10.116
Outros Créditos	30.858	32.505	33.954
Ativo Permanente	30.688	31.076	31.572
Investimentos, líquido	3.439	3.439	2.187
Imobilizado, líquido	25.884	27.102	28.761
Intangível, líquido	1.365	535	624
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>74.607</b>	<b>76.243</b>	<b>75.642</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>189.890</b>	<b>180.845</b>	<b>170.692</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
	Consolidado		
PASSIVO	2.018	2.017	2.016
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	14.622	14.129	12.982
Fornecedores	6.666	5.753	3.746
Impostos e contribuições sociais	2.971	890	1.087
Salários e Encargos Sociais	1.998	1.773	1.794
Empresas Relacionadas	8.710	10.240	2.332
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	2.507	2.854	3.704
Contas a Pagar e Outras Provisões	22.077	18.443	16.392
Imposto de Renda e Contribuições Sociais	141	308	318
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>59.692</b>	<b>54.390</b>	<b>42.355</b>
NÃO CIRCULANTE			
Passivo Exigível a Longo Prazo	26.029	25.915	30.189
Empréstimos e Financiamentos	17.335	17.973	22.110
Impostos e contribuições sociais	0	0	65
Provisão para Riscos Fiscais e Trabalhista:	4.029	2.456	1.867
Imposto e CSSL Diferidos	1.868	1.868	2.357
Outras Contas a Pagar	2.797	3.618	3.790
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.029</b>	<b>25.915</b>	<b>30.189</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	15.000	15.000	15.000
Reserva de Capital	212	212	212
Reservas de Lucros	75.126	69.661	68.720
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.696	3.696	3.696
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>94.034</b>	<b>88.569</b>	<b>87.628</b>
Participação não controladores	10.135	11.971	10.520
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>104.169</b>	<b>100.540</b>	<b>98.148</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>189.890</b>	<b>180.845</b>	<b>170.692</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
		Consolidado	
	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Vendas e Serviços	133.974	121.522	125.524
Impostos incidentes sobre vendas	-14.172	-11.769	-12.419
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>119.802</b>	<b>109.753</b>	<b>113.105</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	-52.399	-46.284	-43.059
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>67.403</b>	<b>63.469</b>	<b>70.046</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Comerciais	-32.929	-30.088	-30.592
Administrativas	-23.289	-22.739	-22.754
Pesquisa e desenvolvimento	-4.628	-6.383	-7.075
Tributária	-92	-183	0
Resultado de equivalência patrimonial	-232	-705	-471
Outras receitas operacionais, líquidas	-1.068	-754	-361
Total das despesas Operacionais	<u>-62.238</u>	<u>-60.852</u>	<u>-61.253</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	8.022	3.878	5.166
Despesas financeiras	-7.024	-3.824	-8.311
Despesas de variação cambial	-232	-220	-220
Total das despesas Financeiras	<u>766</u>	<u>-166</u>	<u>-3.365</u>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>5.931</b>	<b>2.451</b>	<b>5.428</b>
Imposto de renda e contribuição social	-3.178	-1.989	-2.625
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>2.753</b>	<b>462</b>	<b>2.803</b>
Participação minoritária	0	-437	-213
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.753</b>	<b>899</b>	<b>3.016</b>

A empresa apurou lucro líquido de R\$ 2.753 milhões no ano 2018, um aumento de 206% em comparação com o ano de 2017 (R\$ 899 mil).

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

10.2 – Os diretores devem comentar sobre Resultado operacional e financeiro:

**a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de equipamentos hospitalares, implantes e instrumentos cirúrgicos, biomateriais e lavanderia hospitalar, industrial e hoteleira, atingindo em 2018 R\$ 133,9 milhões, com um aumento de 10,25% em relação a 2017.

**ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

O ambiente de instabilidade e incerteza provocou forte impacto na atividade econômica brasileira, com reflexos no aumento do desemprego, inflação ainda em níveis elevados, na confiança do consumidor e na restrição ao crédito.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A taxa de câmbio teve influência como mencionado, o real está barato frente à moeda estrangeira, a consequência é que quem tem dólar comprará com melhor custo-benefício os produtos brasileiros. Por isso para os exportadores a alta do dólar é positiva, pois a venda fica mais fácil. Mas, para quem importa produtos está mais difícil, pois o produto fica mais caro.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Além dessas variáveis, parte das vendas são atreladas ao SUS, que mantém seus preços congelados, ao contrário dos preços de insumos e da mão de obra. A companhia busca de forma permanente aprimorar seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de amenizar os efeitos dessas variáveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações contábeis do emissor e em seus resultados:

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2018.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Existe previsão de constituição de uma nova empresa para melhorar o gerenciamento dos segmentos existentes.

**c. Eventos ou operações não usuais.**

Não aplicável, pois não houve nenhum evento ou operações não usual que merecesse destaque.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 – Os diretores devem comentar:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis.

**a. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.**

Não existem efeitos significativos na aplicação das novas práticas contábeis.

**b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Não houve ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências. Reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativo de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de ativos e instrumentos financeiros.

Dentre as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

**2.1. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conjunto com as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes, e compostas pelas demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas. São eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação.

**2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que ela opera, sendo que quando a moeda for diferente da moeda de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data das demonstrações financeiras.

**2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. (Nota 4)

**2.4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. (Nota 5)

**2.5. ESTOQUES**

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição considerando o valor presente, quando aplicável. A Companhia e suas controladas custeiam seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de estoques para: (i) realização; (ii) baixa rotatividade; e (iii) estoques obsoletos, são constituídas de acordo com as políticas da Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. (Nota 6)

**2.6. INVESTIMENTOS**

Os investimentos em controladas e em demais sociedade que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial na controladora. (Nota 7). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

**2.7. IMOBILIZADO**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária. (Nota 8)

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 527 de 01 de novembro de 2007, que aprova o pronunciamento Técnico CPC 01, o imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis.

**2.8. INTANGÍVEIS**

Referem-se a licenças adquiridas de programas de computador que são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada.

Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimentos e inovação realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento, entendimento científico ou tecnológico e em atendimento a projetos de produtos customizados, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**2.9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

São reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e acrescidos dos encargos, juros e variação monetária, conforme previsto contratualmente e incorridos até

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

as datas dos balanços (vide nota explicativa 10). Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado do exercício durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Dessa forma, o saldo a pagar de empréstimos na data do balanço está próximo ao valor justo.

**2.10. PROVISÕES**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

**2.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os encargos de imposto de renda sobre o lucro real e de contribuição social foram apurados em conformidade com a legislação vigente.

**2.12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Os benefícios a empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, e contribuições para previdência social, participações nos lucros e gratificações e benefícios não monetários, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização.

**2.13. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

A Companhia e suas controladas provisionam a participação nos resultados para os colaboradores e administradores com base em programas que estabelecem metas operacionais anualmente, e é aprovadas pelo Conselho de Administração. O montante da participação é reconhecido no resultado do período de acordo com o atingimento das metas.

**2.14. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, nos registros das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência em previsão de evento futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicáveis.

**2.15 – DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### 2.16. APURAÇÃO DO RESULTADO E CRITÉRIO DE RECONHECIMENTO DE RECEITA DE VENDAS

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de venda são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida.

No exercício de 2018 a Companhia adotou o IFRS 15 (Receita de Contrato de Cliente), no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para a Companhia. Consequentemente, as informações apresentadas para o exercício de 2017 não foram reapresentadas e, desta forma, as informações do exercício de 2017 seguem sendo apresentadas conforme divulgado de acordo com o IAS 18 e interpretações relacionadas.

### 2.17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A partir de 01/01/2018 os instrumentos financeiros tiveram uma nova política contábil e consequentemente novas classificações apresentação e mensuração. Em resumo os instrumentos financeiros são classificados e mensurados da seguinte forma:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
- Passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A classificação dos instrumentos financeiros está demonstrada na nota explicativa de número 18.

### 2.18. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia e suas controladas elaboram as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), conforme requerido pela legislação brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas.

### 2.19 NOVOS PRONUNCIAMENTOS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

IFRS 16 Arrendamento Mercantil - (CPC 06 (R2)) - Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019 e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhecerá a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, caso aplicável. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

Este pronunciamento entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e não foi adotado de forma antecipada pela empresa.

Emissão da interpretação IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IAS 19 – Alterações no plano em casos de redução ou liquidação. Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados.

Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

**2.20. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6. - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial***

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

***b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

A Companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras***

Conforme explanado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

***b) Natureza e propósito da operação***

Conforme explanado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

***c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação***

Conforme explanado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 - Plano de Negócios**

O foco do investimento está nas inovações tecnológicas e lançamento de novos produtos no mercado.

***iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados***

A Companhia está continuamente desenvolvendo novos projetos e produtos, mas tem por prática não os divulgar individualmente.

***iv. Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

A Companhia investiu em média 6,38% da sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos nos últimos 3 anos.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R\$ 4,6 milhões que correspondem a 4,75% da receita líquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **10.9. - Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores com influência relevante nos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.